



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

1 **ATA DA XVII PLENÁRIA NACIONAL, 15 A 17 DE ABRIL DE 2015 -**
2 **FLORIANÓPOLIS – SC. 1º Dia:** Aos quinze dias do mês de abril do ano de dois mil e
3 quinze, no Auditório do Hotel Canto da Ilha, Avenida Luiz Boiteux Piazza, 4810 - Ponta das
4 Canas, município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, no horário das 20h às 21h, foi
5 realizada primeira reunião da XVII Plenária Nacional do SINPAF. Neste dia estavam
6 presentes os delegados e convidados conforme anexo I. O presidente do SINPAF-Nacional,
7 Júlio Farias Guerra, abriu os trabalhos e na sequência propôs que a aprovação da pauta e
8 regimento interno, bem como composição da mesa fossem transferidos para o dia seguinte,
9 apresentando as justificativas, o que foi aprovado por unanimidade. Tendo a Plenária se
10 encerrado às 21h. **2º Dia:** Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, no
11 horário das 8h30min, o presidente da XVII Plenária Nacional do SINPAF declarou aberta
12 sessão com a presença dos delegados e convidados, fazendo leitura do cronograma e do
13 regimento interno, momento em que o Delegado José Carlos interpelou o presidente para
14 corrigir a data, pois constava dias 16 e 17, o que foi aprovado. Continuando a leitura do
15 Regimento Interno, Julio apresentou algumas correções, Lucas destacou o artigo 5º,
16 apontando incorreção na ordem alfabética, o que foi corrigido e sugeriu que fossem
17 acrescentados os convidados das seções sindicais à letra “e” do regimento, tendo o destaque
18 aprovado. Destaque do José Carlos, para que fossem acrescentados também convidados das
19 seções sindicais no artigo 6º, tendo o destaque aprovado. O convidado Jean opinou que os
20 convidados também deveriam ser considerados participantes credenciados, tendo o destaque
21 aprovado. Julio esclareceu que permanece como no artigo 5º a inserção de convidados das
22 seções sindicais para todas as citações do presente regimento interno, tendo o destaque
23 aprovado. Flavio José destaca que no artigo 10 também deve ser acrescentado o item
24 aprovação de pauta, como consta no cronograma, tendo o destaque aprovado. Destaque de
25 José Carlos para o parágrafo 1º do artigo 11, para que fossem feitas correções, o que foi
26 aprovado pela plenária. Julio destacou que é prática constante das plenárias desse sindicato a
27 aplicação do parágrafo 7º, do artigo 11. Quanto ao artigo 16, Carlos Bernardi destacou que em
28 plenária somente deve haver votação por maioria simples. Néio ponderou que as decisões
29 tomadas em plenária devem ser referendadas pelo Congresso, Julio respondeu dizendo que o
30 estatuto é que reza, que determinadas questões só podem ser colocadas se decididas por
31 maioria qualificada, lembrando que o que está em discussão aqui é a aprovação do regimento,
32 não sendo necessários mais apontamentos. Canuto sugeriu que se retire o parágrafo segundo
33 do artigo 16, apresentando suas justificativas. Julio releu o parágrafo, esclarecendo que a
34 seção sindical não pode votar em uma matéria em que ela mesma tem pendência. Quanto ao
35 mesmo artigo. Afonso de Teresina pediu esclarecimentos, o que foi feito por Julio, dizendo
36 que todas as seções sindicais têm isso em suas orientações emanadas da nacional. Canuto de
37 Jaguariúna destacou que não está no estatuto impedir que o delegado da seção esteja vetado
38 de votar. Carlos Bernardi esclareceu que apenas no momento de votação de prestação de
39 contas é que o delegado está impedido de votar nesse caso. Marcos Antonio destacou sobre o
40 mesmo tema, afirmando que o delegado que está com as contas reprovadas é que não pode
41 votar, mas se ele tem uma pendência, as contas ainda não estariam reprovadas, pelo que
42 poderia exercer o direito de votar, sugerindo a mudança de redação. Lucas Ednei afirmou que



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

43 não se pode penalizar antecipadamente, no caso das contas que ainda não estariam
44 reprovadas, Felipe Galdino, ponderou que sua seção sindical está com pendência de um
45 dirigente passado, e que deveria o dirigente ser responsável, não a seção, sendo a nacional
46 responsável pela pendência, afirmando que a nacional é que não deveria votar. Alessandro, de
47 Bom Jesus da Lapa, afirmou que seu destaque já foi sanado, Jean Kleber, sobre o mesmo
48 tema, propôs nova redação ao texto, de forma a evidenciar a qual relatório está se referindo e
49 assim elucidar possíveis dúvidas sobre as votações. Antenor Leite, de Montes Claros, propôs
50 encaminhamento para que os colegas prossigam com a plenária. Júlio Guerra esclareceu que é
51 da competência das seções sindicais a resolução dos problemas advindos de gestões
52 antecessoras, pois trata-se de pessoa jurídica e não física. Carlos Germano esclareceu que
53 nenhuma seção está impedida de votar, exceto quando do debate relativo a discussão de
54 prestações de contas. Ivengdonei afirmou que não se deve permitir que as seções que estejam
55 com pendências junto a auditoria fiscal votem. Flávio José ponderou que não tem sentido
56 permitir o direito do dirigente votar em uma questão que diz respeito ao votante, no caso, a
57 citação no relatório da A.F.N. Concluído o debate, por consenso, todos os delegados votaram
58 pela exclusão do parágrafo segundo do artigo 16. Continuando a leitura, Julio esclareceu que
59 o artigo 18 deve permanecer no regimento, pois em todos lugares onde acontecem os eventos
60 do SINPAF, as regras do local devem ser respeitadas. Marco Antonio propôs que seja
61 excluído o artigo 20, apresentando justificativas, sendo que em plenária a votação deve ser
62 sempre por maioria simples. A plenária decidiu que deve ser por maioria simples, procedendo
63 à alteração. Alterando-se também o local, não sendo Brasília, mas sim Florianópolis, local do
64 evento. Encerrado a discussão dos destaques, colocado em votação, o regimento da plenária
65 foi aprovado por unanimidade com as alterações sugeridas pelo plenário. **REGIMENTO**
66 **INTERNO DA 17ª PLENÁRIA NACIONAL DO SINPAF. CAPÍTULO I - Da**
67 **Realização e Organização. Artigo 1º -** A Diretoria Nacional do SINPAF é responsável pela
68 organização da 17ª Plenária Nacional do SINPAF. **Artigo 2º -** A 17ª Plenária Nacional do
69 SINPAF realizar-se-á no período de 15 a 17 de abril de 2015 em Florianópolis/SC, no Hotel
70 Canto da Ilha, situado na Avenida Boiteux Piazza, 4810 – Ponta das Canas, Fones (48) 3261-
71 4000/3261-4049, Email: comercial@cantodailha.com.br, Florianópolis-SC, CEP 88056-680 –
72 Brasil. **CAPÍTULO II - Dos Objetivos da 17ª Plenária Nacional. Artigo 3º -** A 17ª
73 PLENÁRIA NACIONAL tem como objetivos: Debater assuntos relacionados ao SINPAF e
74 sua gestão em nível nacional e local sob as diretrizes de seu plano de luta, deliberado no 11º
75 Congresso; deliberar sobre os encaminhamentos das plenárias regionais; deliberar sobre o
76 relatório da AFN; sobre a situação financeira da Diretoria Nacional e das Seções Sindicais;
77 **Artigo 4º -** A Plenária Nacional deliberará exclusivamente sobre os assuntos constantes da
78 pauta aprovada no seu início. **CAPÍTULO III - Dos Participantes. Artigo 5º -** São
79 participantes da 17ª Plenária Nacional do SINPAF: a) Os membros titulares da Diretoria
80 Nacional do SINPAF; c) Os Presidentes das Seções Sindicais do SINPAF ou seu substituto
81 legal; d) O Presidente da Auditoria Fiscal Nacional; e) Os convidados da organização da 17ª
82 Plenária Nacional, e das seções sindicais. **Parágrafo Primeiro -** São considerados
83 participantes credenciados os que se classificam de acordo com as alíneas a; b e c, tendo
84 direito a voz e voto. **Parágrafo Segundo -** Os convidados da organização da 17ª Plenária

23



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

85 Nacional do SINPAF e das seções sindicais somente terão direito a voz. **Artigo 6º** - O
86 Presidente do SINPAF preside os trabalhos da 17ª Plenária Nacional, incluso no momento de
87 discussão e votação da Pauta, do Regimento Interno e a Eleição do Secretário da Mesa e o
88 Relator, conforme disposto no Estatuto do SINPAF. **Parágrafo Primeiro** - A escolha do
89 Secretário da Mesa e o Relator será realizada pela plenária, podendo ser candidato qualquer
90 um dos delegados presentes na 17ª Plenária Nacional. **Parágrafo Segundo** - O quórum
91 mínimo de funcionamento de cada sessão plenária é de maioria absoluta (cinquenta por cento
92 mais um dos delegados inscritos). **Parágrafo Terceiro** - As deliberações da 17ª Plenária
93 Nacional serão adotadas por maioria simples (maior número de votos dos delegados
94 presentes) na plenária. **CAPÍTULO IV - Das Inscrições e do Credenciamento. Artigo 7º** -
95 Os delegados ou seus respectivos substitutos e convidados serão credenciados pela Diretoria
96 Nacional que é responsável pela Organização da 17ª Plenária Nacional. **Artigo 8º** - O
97 Credenciamento dos Delegados ou de seus respectivos suplentes e convidados correrá no dia
98 15/04, no período entre 19h e 20h, e 16/04 entre 08:00 e 09:00h na secretaria da 17ª Plenária
99 Nacional. **CAPÍTULO V - Do Funcionamento da 17ª Plenária. Artigo 9º** - A 17ª Plenária
100 Nacional do SINPAF reunir-se-á para analisar, discutir e deliberar sobre os assuntos
101 elencados nos Artigos 24 e 28 do Estatuto do SINPAF. **Artigo 10º** - Na 17ª Plenária Nacional
102 do SINPAF serão realizadas as seguintes Sessões Plenárias: - Credenciamento; Abertura
103 Solene; Aprovação do Regimento; Pauta e Eleição da Mesa Diretora; - Plenária de Análise de
104 Conjuntura, discussão do tema e seus respectivos eixos; - Plenária para aprovação do
105 Relatório da Auditoria Fiscal Nacional e Orçamento; - Discussão e estratégias negociação do
106 Acordo Coletivo; - Encaminhamentos sobre o Plano de Lutas; - Política de atuação da
107 Diretoria Nacional; - Proposições gerais (moções; encaminhamentos; Planos de Saúde; Planos
108 de Previdência Complementar; ACT's, Plano de Cargos das empresas de Base do SINPAF;
109 Embrapatec; PL 4330; etc). **Artigo 11º** - O tempo para cada delegado e convidado fazer sua
110 intervenção será de 3 (três) minutos. **Parágrafo Primeiro** - A inscrição do delegado e
111 convidado para realizar sua intervenção se dará pela entrega do crachá, junto a mesa diretora,
112 que obedecerá à ordem de entrega para a autorização das intervenções. Para cada assunto em
113 discussão, no fim da fala do terceiro delegado e ou convidado às inscrições se encerrarão.
114 **Parágrafo Segundo** - A intervenção de qualquer delegado e ou convidado será controlada
115 pela mesa e deverá ser feita verbalmente. Faltando um minuto para finalizar a intervenção do
116 delegado e ou convidado, a mesa deverá avisá-lo. Caso o delegado ou convidado ultrapasse os
117 três minutos para sua intervenção, a mesa deve adverti-lo sobre o tempo esgotado. Caso o
118 delegado ou convidado continue sua intervenção, a mesa deverá tomar providências para sua
119 interrupção. **Parágrafo Terceiro** - Para cada emenda será aceita somente duas defesas (uma
120 na realização de defesa favorável e uma na contrária). **Parágrafo Quarto** - Caso a mesa
121 avalie a necessidade de um maior número de defesas para o assunto, a mesma deverá
122 consultar a Plenária. **Parágrafo Quinto** - Durante as intervenções sobre determinado assunto,
123 a mesa deve dividir o tempo entre discussão e apresentação de propostas. **Parágrafo Sexto** -
124 A prioridade de encaminhamento sobre discussão ou apresentação de propostas é de
125 competência da mesa. **Parágrafo Sétimo** - Caso a Plenária não aceite as propostas de
126 encaminhamento da mesa, será aberta intervenção para outros encaminhamentos. **Parágrafo**



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

127 **Oitavo** - A mesa garantirá o direito de réplica, concedendo o mesmo tempo, caso algum
128 delegado e ou convidado na compreensão da mesa tenha sido ofendido quando citado
129 nominalmente. **Artigo 12º** - As questões de ordem, questões de encaminhamento e questões
130 de esclarecimentos serão conduzidas pela mesa e devem dizer respeito exclusivamente à
131 ordem dos trabalhos e da pauta. **Artigo 13º** - Só serão permitidas questões de ordem para
132 preservar a manutenção das discussões sem desvios da pauta. **Artigo 14º** - As questões de
133 encaminhamento destinam-se exclusivamente a sugerir a forma como determinada proposta
134 deverá ser tratada. **Artigo 15º** - A questão de esclarecimento visa eliminar eventuais dúvidas
135 sobre o assunto tratado, antes que ele entre em regime de votação e, será dado pela mesa
136 diretora. **CAPÍTULO VI - Das Votações. Artigo 16º** - As votações dar-se-ão da seguinte
137 forma: - Cada delegado terá direito a apenas 01 (um) voto; - Não serão aceitas questões de
138 ordem, encaminhamentos ou esclarecimentos em regime de votação; - As votações serão
139 feitas mediante levantamento dos cartões/crachás de votação pelo delegado; - Em caso de
140 dúvida sobre a proposta vencedora, no levantamento dos cartões de voto, a mesa deverá
141 repetir a votação por contraste e, persistindo a dúvida, deverá fazer a contagem de cada voto;
142 - As votações serão decididas por maioria simples dos delegados presentes na Plenária, exceto
143 aquelas que exigirem quórum qualificado nos termos do Estatuto do SINPAF; - Caso o
144 delegado não esteja presente no momento em que a mesa convocar a Plenária para votar, e o
145 delegado entrar no recinto de votação na hora da contagem de votos, não será contado o voto
146 retardatário. **Parágrafo Primeiro** - Não será permitido, aos membros da Diretoria Nacional
147 e/ou Auditoria Fiscal Nacional, votar quando da aprovação prevista no inciso VI do artigo 14
148 do Estatuto do SINPAF. **CAPÍTULO VII - Das Disposições Gerais. Artigo 17º** - Qualquer
149 disposição deste Regimento Interno não poderá entrar em conflito com o disposto no Estatuto
150 do SINPAF. **Artigo 18º** - Os participantes deverão respeitar as regras estabelecidas pelo Hotel
151 Canto da Ilha quanto a hospedagem e utilização das dependências e serviços. **Artigo 19º** - Os
152 participantes que desrespeitarem o estabelecido neste Regimento Interno ou manifestarem
153 reiteradamente comportamento desrespeitoso durante as atividades poderão ser convidados a
154 se retirar do recinto pela mesa após consulta ao plenário. **Artigo 20º** - As alterações deste
155 Regimento Interno deverão ocorrer por maioria simples dos delegados presentes. **Artigo 21º** -
156 Os casos conflitantes ou omissos deste Regimento Interno, serão resolvidos, em última
157 instância, pelo voto em Plenária dos delegados presentes na 17ª Plenária Nacional. **Artigo 22º**
158 - O presente regimento passa a vigorar a partir de sua aprovação pelo plenário. Florianópolis,
159 SC, 16 de Abril de 2015. **Pauta da Plenária.** Passou-se então a discussão e aprovação da
160 Pauta da Plenária, sendo sugerido passar assuntos diversos, do segundo dia, para o primeiro
161 dia. Outra proposta no mesmo diapasão, do companheiro Jean Kleber, é passar para o segundo
162 dia encaminhamento das plenárias regionais. Ivengdonei, sugeriu que, para o segundo dia,
163 seja trazido uma fala de um trabalhador de sua seção, Luiz Henrique Zimmermann, sobre
164 aposentadoria especial, já que é perito na área, sendo também perito judicial, que já orientou
165 sua seção em outras ocasiões, sendo todas as sugestões acatadas pela plenária. Tiélidy Lima
166 sugeriu que para o primeiro dia seja feita reunião, às 19h, do coletivo de mulheres do Sinpaf,
167 cujo relatório deverá ser entregue a mesa da Plenária após intervalo do almoço. Jean sugeriu
168 que fosse feito um novo cronograma, para melhor situação de cada assunto e seus respectivos



28 Of. de Res. de Pessoas Jurídicas
Ficou arquivada cópia microfilmada
sob o nº 000093568 em 08/10/2015.

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

169 horários, haja vista as várias alterações na pauta. Paulo Cardoso, ponderou sobre o curso de
170 formação sindical, principalmente quanto à conjuntura atual. Pedro Herlando, apontou que
171 deveria haver tempo maior para assuntos diversos. Júlio esclareceu sobre eleição de
172 prioridades, e que esses assuntos serão tratados no decorrer da plenária, mas que haverá
173 adequações, conforme demanda. Concluída a discussão da pauta, foi colocada em votação e
174 aprovada por unanimidade. **CRONOGRAMA DE ATIVIDADES DA 17ª PLENÁRIA**
175 **NACIONAL DO SINPAF.**

15/04	20:00h	- Chegada dos Delegados - Abertura
16/04	09:00 – 11:00h	- Aprovação do Regimento Interno, Aprovação da Pauta e Escolha da Mesa Diretora
	11:00 – 11:30h	- Análise de Conjuntura Sindical (O Papel dos Sindicatos nas Negociações Trabalhistas)
	11:30 – 12:00h	- Debates
	12:00 – 13:30h	- Intervalo (almoço)
	13:30 – 14:00h	- Gestão Administrativa e Financeira do SINPAF – Imposto Sindical
	14:00 – 14:45h	- Debates
	14:45 – 15:15h	- Política de Atuação da Diretoria Nacional (formação sindical e saúde do trabalhador)
	15:15 – 15:45h	- Debates
	15:45 – 16:00h	- Intervalo (lanche)
17/04	16:00 – 17:30h	- Assuntos Diversos (Casembrapa, Consad, Sistemas Avaliação, PCE, CODEVASF, ESTADUAIS, Embrapatec, PL 4330, Novas filiações, etc)
	17:30 – 19:00h	- Debates - Reunião do Núcleo de Mulheres do Sinpaf
	08:00 – 08:30h	- Encaminhamentos Plenárias
	08:30 – 09:30h	- Debates
	09:30 – 10:00h	- Estratégias Negociação do Acordo Coletivo 2015/2016
	10:00 – 11:00h	- Debates
	11:00 – 11:45h	- Relatório da Auditoria Fiscal Nacional
	11:45 – 12:30h	- Debates
	12:30 – 14:00h	- Intervalo (almoço)
	14:00 – 14:15h	- Aposentadoria e Insalubridade – Luiz Henrique Zimmermann
	14:15 – 14:45h	- Ceres
	14:45 – 15:15h	- Debates
15:30 – 15:45h	- Intervalo (lanche)	
15:45 – 16:30h	- Plano Nacional de Lutas	
16:30 – 17:00h	- Debates	
17:00 – 17:15h	- Informe Núcleo de Mulheres da CUT	
17:15 – 19:00h	- Encaminhamentos, Moções e Leitura Ata	
18/04		- Retorno dos Delegados

176 Passou-se então a eleição para **composição da mesa diretora**. Julio abriu o debate
177 perguntando se há indicação ou candidatura para composição da mesa, para secretário e
178 relator. Ivengdonei indicou José Carlos, seção do Rio de Janeiro para secretário e Jimmy
179 Carter da Codevasf Penedo, para relator. Não havendo inscritos e interessados na disputa, à
180 plenária aprovou por unanimidade os indicados. **Análise de Conjuntura Sindical – Cláudio**
181 **Nascimento (O papel dos Sindicatos nas Negociações Trabalhistas)**. Abrindo o tema,

21



22 Of. de Reg. de Pessoas Jurídicas
Ficou arquivada cópia microfilmada
sob o nº 000093368 em 08/10/2015.

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

182 Cláudio fez sua apresentação e passou a discorrer sobre a nova conjuntura política sindical.
183 Apontou que conjuntos de ações populares nos três governos anteriores do PT se preocuparam
184 em proporcionar o aumento de consumo, favorecendo a economia nacional para tanto. Porém,
185 a situação atual é um campo econômico muito claro de economia recessiva, retirando com
186 isso direito de trabalhadores, levando também ao desemprego. Outra afetação é o
187 impedimento de contratação com empreiteiras ligadas ao PAC, que estão sendo investigadas
188 pela Operação Lava Jato. Em razão desse cenário, várias são as manifestações populares que
189 eclodem no país. Lembra que o ciclo político adotado anteriormente se esgotou, e que isso
190 ocorreu a partir das manifestações de 2013. Aponta que as esquerdas e movimentos sindicais
191 não pode aceitar de maneira alguma a retirada de direitos de trabalhadores, nem retrocesso das
192 conquistas da sociedade. Que a população e os trabalhadores devem unir forças contra essas
193 medidas do governo. Afirma que a oposição direitista quer sangrar o governo do PT, para,
194 num projeto futuro, possa retomar o poder. Cláudio destacou que outro grupo ressurgente é o
195 favorável ao militarismo, relembrando suas vertentes. Lembrou que a criação de diversas
196 centrais sindicais no Brasil fragmentou as forças do setor. Portanto, sugeriu que a saída para
197 realinhar as forças é desfragmentá-las. Apregoa que os movimentos sindicais não devem estar
198 restritos a problemas internos nos locais de trabalho, mas devem discutir a sociedade como
199 um todo, preocupando-se com as melhorias das cidades e demais problemas sociais, de
200 maneira mais abrangente. Afirma que o cenário atual é o de crise mundial da democracia.
201 Expõe que na América Latina, vários países elegeram forças não advindas do poderio
202 econômico, o que fez os americanos mudarem de pensamento quanto aos latino-americanos.
203 Relembrou o período de 54 a 64, em que a direita minou os governos, apontando os mesmos
204 argumentos atuais, que havia corrupção, recessão, e defeitos daquele governo. Discorreu
205 sobre as várias manifestações de esquerda e direita, desde então, para entendermos os tempos
206 atuais. Relembra da importância da criação das Centrais Sindicais, ferramenta importante para
207 manifestações. Aponta que certa emissora de televisão mostra apenas o que lhe interessa, não
208 retratando a realidade. Reafirma que o movimento sindical deve estar também preocupado
209 com as questões das cidades e não apenas temas relativos a cidadania. Afirma ser necessária
210 uma reforma política que não apenas leve em conta a mudança de sistema eleitoral, mas que
211 contemple uma maior representatividade da sociedade como um todo, principalmente dos
212 trabalhadores. Após a exposição de Cláudio Nascimento, Júlio abriu espaço para os debates.
213 Paulo José da Silva, de Petrolina questionou o palestrante sobre a CUT, afirmando que a
214 própria entidade tem se mostrado pelega, sendo um ponto a ser analisado, pois o SINPAF
215 deve se pautar pelos trabalhadores e não pelos patrões, demonstrando exemplo de defesa de
216 companheiro trabalhador em sua Seção. Edson Somensi questionou sobre falação, em palestra
217 anterior, onde palestrante teria afirmado estar desapontado em razão das investigações na
218 Petrobras, mas agora mudou de posição. Antenor perguntou o que levou nossa Presidente
219 atual a mudar de posicionamento imediatamente após a posse do segundo mandato, e que não
220 seria melhor ela ter jogado às claras? Lembrou da corrupção arraigada no âmago da sociedade
221 e da necessidade de manutenção da defesa dos interesses dos trabalhadores. Alessandro,
222 lembra da convocação feita na palestra: ou nos manifestamos ou nos entregamos, e coaduna
223 com esse pensamento. Afirma que sua Seção é totalmente contra PL 4330/2004, nem mesmo

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

224 com emendas. Apontou o corte de repasse a programas destinados aos trabalhadores, e que
225 por isso devemos estar atentos. Com a palavra, Cláudio esclareceu que o sindicato deve ser
226 autônomo em relação a partidos políticos, e que os líderes de partidos políticos não podem ser
227 líderes sindicais, já que essa independência permite a defesa dos interesses dos trabalhadores
228 de maneira imparcial. Afirma que a crise enfrentada nas ruas é consequência de inércia
229 anterior de manifestações. Afirma que até mesmo Centrais desapareceram por um tempo, não
230 tendo mais presença nos movimentos populares, o que é grave e leva à conjuntura atual.
231 Entende que o neoliberalismo, assumindo o governo, não permitirá controle popular de base,
232 ainda que continue com programas sociais implantados pelo PT. Afirma que se caso o
233 Neoliberalismo tome posse, isso será retrocesso tremendo. Sobre a mudança de planos da
234 Presidente Dilma, afirma que nem mesmo ela deve saber, pois foi mudando Ministros e cada
235 um tem procurado uma solução, e que algumas medidas têm se mostrado insuficientes.
236 Afirma que esquecemos a mensagem de Gregório Bezerra, de que as forças de esquerda
237 devem permanecer e percorrer para avanço de conquistas. Jaziel Nunes lembrou o
238 desapontamento dos trabalhadores, que nunca são ouvidos, e se são, não são contemplados.
239 Afirma que o problema hoje é a falta de credibilidade no Governo. Coloca ainda que o
240 governo petista tem retirado direitos dos trabalhadores da Embrapa constantemente. Mário
241 Artemio coloca que passamos por um momento de ilusão, e que o próprio PT trouxe a idéia
242 de que não seria mais necessário manifestar nas ruas, e, agora, estando inertes, afirma que o
243 sindicato deve voltar às bases, voltado para uma democracia operária, já que isso foi
244 esquecido e os sindicatos atuais estão elitizados, e que sindicato não deve se preocupar apenas
245 com questões corporativas, mas com questões voltadas aos trabalhadores. Francisco Carlos
246 teme qual a herança a ser deixada a nossos filhos, pois estamos nos tornando tecnocratas, pois
247 perdemos tempo discutindo aprovação de pauta por horas, e questões mais importantes estão
248 esquecidos, não dando importância a temas mais atuais, como o exposto pelo palestrante. O
249 Secretário da mesa afirmou que o estatuto do idoso será sempre respeitado, sendo que nas
250 próximas plenárias a prioridade será respeitada. Geandra Ribeiro lembra que os trabalhadores
251 não podem se misturar com manifestações de grupos que não esclarecem o que está em jogo
252 nas manifestações. Lembra que é preciso estar atento ao que está se defendendo, sem querer
253 defender o governo atual. Lembra de manifestações nas décadas de 80 e 90, que eram
254 reprimidas pelo Governo FHC. Cláudio Kaminski lembra das ilusões que foram criadas, e
255 lembrou o governo de Luiza Erundina, da ideia equivocada do que seja o governo, momento
256 aquele em que o movimento social deu uma trégua para Erundina, mas a direita continuou a
257 trabalhar. Assim ocorreu com o Governo Dilma, em que tomou uma posição inadequada do
258 que seja Estado e suas contradições. Afirma que o governo deve se fazer com lutas políticas,
259 não trabalhar no intuito de criar ilusões como fez o Governo Federal nos últimos anos. Aponta
260 a importância da subversão apresentada pelo companheiro Carlos, e ressalta a importância de
261 demonstrar a insatisfação quanto àquilo que está imposto. Lembra as decepções ocorridas na
262 Europa, quando as forças da esquerda assumiram, e se adequaram à política Neoliberal como
263 recentemente ocorrido na Grécia. Paulo Cardoso lembra de que deve haver apoio sim, dos
264 trabalhadores, desde que os mesmos sejam contemplados. Alceu Vicário lembra que a eleição
265 de Lula levou os trabalhadores e sindicatos a uma inércia, com a falsa impressão de que tudo

prof

26



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

266 estaria resolvido. Agora, após afloradas questões antes escondidas, devem os trabalhadores
267 voltar as ruas. Orlando afirma ter anseio de que as próximas plenárias sejam realizadas para
268 discussão de temas políticos, e que, após debatida essa questão, esses dirigentes tenham
269 encaminhado os apontamentos necessários para uma melhora das condições dos
270 trabalhadores. Devem os trabalhadores estarem conscientes e saber quais os interesses a serem
271 defendidos. Outra preocupação deve ser com os projetos levados ao Congresso Nacional,
272 sendo importante o acompanhamento dos sindicatos quanto a esses temas relacionados aos
273 trabalhadores, para trabalharmos as grandes reformas que estão por vir, e contra eventual
274 golpe. Sobre os últimos questionamentos, Claudio esclarece sobre como acumular forças para
275 lidar com o poder contrário aos direitos dos trabalhadores. Afirma que para atingir esse poder,
276 deve se atacar o poderio econômico desses grandes conglomerados, num cenário em que o
277 pagador da conta seriam essas grandes forças econômicas de forma a não atingir a parcela
278 mais necessitada da população, incluso os trabalhadores. Levanta a tese de que devem ser
279 criados comitês sindicais para discussão desses temas atuais, como ocorreu na Constituinte,
280 em que eram realizadas as assembleias constituintes nos bairros, cidades, estados, sendo uma
281 fórmula de acúmulo de forças para lutar pelos interesses dos trabalhadores. Não se pode entrar
282 em conflito de manifestações. Devemos lembrar que não temos a mídia. O que temos é o
283 poder de convencer cada um para unirmos forças, para serem tomados encaminhamentos no
284 sentido de melhorar as condições atuais. Afirma que todos podem caminhar separados sobre
285 alguns temas como política, economia e outros, mas com forças unidas em prol de interesse
286 comum e maior, que é a defesa dos interesses dos trabalhadores. Afirma a necessidade de
287 haver a democratização da mídia, e defende uma reforma constituinte de maneira ampla,
288 levando o debate para a sociedade como um todo, além da reforma política. Finalizou sua
289 participação, agradecendo a todos pela oportunidade. **Gestão Administrativa e Financeira**
290 **do SINPAF – Aprovação das contas 2014. Orçamento para 2015. Imposto Sindical.**
291 **Aprovação das Contas.** O Diretor Nacional Julio Guerra iniciou os debates após o intervalo
292 lembrando sobre a importância do Programa Protheus, para que seja implantado também nas
293 seções sindicais, de modo a usufruírem de todos os benefícios que o sistema oferece. Após
294 passou a palavra à Diretora Guiomar, que iniciou a apresentação do Balanço de 2014, e, em
295 seguida passou a palavra a contadora responsável pelas finanças do SINPAF, Graça, onde
296 iniciou dizendo que a contabilidade é feita sobre aqueles documentos apresentados pela
297 entidade. Comparou o balancete do ano 2014 com o de 2013, com a ressalva de não ser ela a
298 contadora responsável pela contabilidade de 2013. Esclareceu que muitas seções sindicais,
299 devido a pendências estão com os repasses retidos, e isso prejudica a contabilidade.
300 Esclareceu sobre o déficit do ano 2014 foi abatido no superávit geral acumulado. Iniciados os
301 debates, Jean apresentou preocupação em burocratizar o sindicato, uma vez que a própria
302 diretoria responsável não trouxe explanação sobre os números do sindicato, repassando
303 palavra a contadora responsável. Para Jean, bastaria a contadora assinar, mas a demonstração
304 deveria ser feita pela diretora sindical, Márcio Alves Muniz concordou com Jean, mas disse
305 que faz parte do processo a apresentação da contadora, e questionou sobre o processo de Ana
306 Carolina, para que a mesma seja identificada, ainda, apresentou dúvidas sobre alguns repasses
307 que entram em algum mês, mas outros não, Claudio Kaminski questionou por quanto tempo

Handwritten signature/initials

Handwritten signature



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

308 devem ser guardados os documentos da Seção Sindical. Marco Antonio concordou com Jean,
309 apontando que é a diretora responsável pela pasta é quem deve esclarecer os fatos relativos a
310 contabilidade do SINPAF. Lucas Ednei afirma que fez uma leitura rápida e identificou
311 discrepâncias sobre despesas com transporte terrestre e aéreo, sobre entradas em um mês, no
312 outro não, e discrepâncias com despesas de estacionamento e diversos outros lançamentos,
313 que variam demais, de mês a mês e disse não haver possibilidade de aprovar a previsão
314 orçamentária, balancete e balanço do SINPAF apresentados pela Diretoria Nacional. Carlos
315 Bernardi, mostra sua preocupação em debater assuntos sindicais, e se mostra surpreso quando
316 algum diretor de seção exige que a explanação seja realizada pela diretora da pasta, e
317 justificou que a presença da contadora, é essencial, de modo a deixar o diretor sindical livre
318 para exercer a verdadeira política sindical. Lucas requereu o direito de resposta, o que foi
319 indeferido pela mesa, uma vez que não foi citado nominalmente. O Diretor Jurídico Flávio
320 José lembra que é importante respeitar a presença do profissional e que sempre houve a
321 presença de profissionais nos eventos do SINPAF, e se dispõe a contribuir na resolução dos
322 problemas do Sindicato. Edson Somensi também ressalta a importância da política sindical.
323 Afirma que essa apresentação de balancete seria mais para proposta orçamentária do que
324 discussão de balancete propriamente dita. Encerra dizendo que não adianta querer fazer
325 política se não há recursos para tal. Julio Guerra passou a palavra à Guiomar, dizendo da
326 importância de apontar as dúvidas para que as mesmas sejam sanadas, de modo minucioso, e
327 não apenas falar e não apontá-las de maneira geral. Guiomar justificou que é a contadora
328 quem deve apresentar o balancete, uma vez que é o contador tem conhecimento suficiente
329 para tal. Afirma estar ocorrendo é desconfiança da credibilidade da pasta e não propriamente
330 dito erro a ser apontado, e que o SINPAF sempre alugou as garagens. Esclarece que as contas
331 serão aprovadas somente após apresentação das contas pela auditoria, explicou que balanço
332 espelha a realidade do SINPAF, e é feito com documentação, e se há dúvida, a mesma deve
333 ser apontada. Justificou que as passagens são compradas para deslocamento de diretores,
334 filiados ou convidados e se dispôs a esclarecer qualquer questão. A Diretora Guiomar disse
335 que o dinheiro retido das seções sindicais decorre do fato da não apresentação de prestação de
336 contas a diretoria nacional conforme reza o Estatuto. A contadora esclareceu sobre as
337 depreciações que devem ser lançadas nos balancetes e balanço do Sinpaf. Lucas apontou
338 dúvida em relação ao mês seis, mês sete, mês quatro, mês três, questionando sobre a
339 discrepância de valores desses meses. Júlio esclarece que os balancetes serão corrigidos,
340 inclusive no tocante ao valor das representações recebidas por cada diretor liberado para o
341 SINPAF. Julio disse que se há variação e discrepância sobre os números, estes deverão ser
342 apontados e esclarecidos e se pertinentes, corrigidos. Com a palavra, a contadora ressaltou a
343 importância de se questionar os números, e afirmou que o balanço apresentado é apenas da
344 diretoria nacional, e agradeceu as ponderações. Felipe Galdino, disse que o SINPAF tem dois
345 carros, e perguntou porque se paga três vagas de estacionamento. Guiomar apontou que a
346 vaga sobressalente é utilizada para carros particulares de diretores e que essa prática sempre
347 ocorreu no SINPAF. Antonio Barbosa lembrou que temos uma pauta, e devemos de prioriza-
348 la, pois há questões sindicais de maior importância para serem debatidas. Mario Artemio
349 justificou a extensão do balancete e o tempo gasto para apresentação dos mesmos, propondo,

mf

20



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

350 continuar a discussão sobre outros temas, dada a impossibilidade de se chegar a um
351 denominador comum. Julio Guerra ressaltou que é salutar se discutir as finanças do SINPAF e
352 sugeriu apresentar mensalmente onde as finanças são aplicadas. José Carlos encaminhou à
353 votação do plenário, se a discussão se esgotaria ou permaneceria o debate. Posta a proposta
354 em votação, José Carlos explicou que uma proposta é ir para o intervalo, e aqueles que tem
355 dúvida, ficar esclarecendo com a Guiomar e a Contadora, e prosseguir com a pauta, para
356 discussão de outros assuntos, voltando a matéria a ser discutida em outro momento. Mario
357 Artemio propôs que a aprovação fosse feita em outra data. Julio Guerra retomou a palavra
358 entendendo a preocupação dos dirigentes da Plenária em relação aos documentos
359 apresentados, ressaltando que é importante, sim, verificar todos os problemas e saná-los. José
360 Carlos propôs que fosse dado um prazo para que a contadora e a diretora Guiomar explicasse
361 em outro momento. Mais uma vez questionadas por Cláudio Kaminski sobre o prazo que a
362 documentação deve ser guardada pelas seções. Esclarecendo a dúvida, a diretora Guiomar
363 disse que alguns documentos devem ser guardados por cinco anos, outros até trinta anos.
364 Marco Antonio perguntou sobre a disponibilidade dos documentos para análise, e Guiomar
365 afirmou que isso pode ser feito a qualquer momento, mediante apenas aviso prévio. As duas
366 propostas foram para votação e a plenária aprovou por maioria prosseguir com a Plenária e
367 posteriormente rediscutir as dúvidas relativas aos balancetes e balanço. **Proposta**
368 **Orçamentária.** Guiomar explica primeiramente as despesas, informando as rubricas com
369 funcionários, justificando-as. Explicou que o dinheiro que os valores apurados após serem
370 realizados todos os pagamentos do mes é destinado às ações de política sindical, e concluiu
371 sobre a importância de destinar verbas para a campanha salarial. Justifica que a plenária
372 nacional é custeada pela Diretoria Nacional, e caso não haja aplicação de recurso do imposto
373 sindical no orçamento, deverá ser criado um fundo solidário para o custeio da mesma. Julio
374 Guerra reafirmou as questões trazidas pela Guiomar e informou que a contadora está nesse
375 momento disponibilizada para esclarecer as dúvidas sobre o balancete. Abertos os debates,
376 Marco Antonio afirmou que a plenária não tem poder para derrubar deliberações decididas em
377 Congresso, advertindo sobre decisões revertidas na justiça. Jaziel aponta sobre os diversos
378 erros, e que isso deve ser corrigido. Aponta que a utilização do imposto sindical já foi
379 decidido em Congresso que o valor seria destinado às seções sindicais e comparou com a
380 divisão de verbas entre os governos federais, estaduais e municipais, e diz que não há que se
381 discutir sobre isso. Ivengdonei deseja que Jean seja contemplado, pois aqui estão para
382 discussão de assuntos como o PL 4330, entre outros, e devem dar importância aos assuntos
383 sindicais, lembrou do respeito que se deve ter com as mulheres e que este sindicato está
384 sangrando. Antenor, da Codevasf, lembra que o imposto sindical pertence ao trabalhador, e
385 são eles que devem ser consultados, afirma que hoje tem muitos empregados procurando
386 outras entidades para se filiarem e eles devem ser respeitados, caso contrário haverá debanda
387 de filiados. Paulo José da Codevasf resalta que no congresso de 2014 deliberou sobre o
388 imposto sindical de 2014 e a nacional cumpriu. Entretanto, a competência hoje é para se
389 decidir sobre o imposto do ano 2015. Por fim, propôs que metade fosse destinado à nacional e
390 metade para a seção sindical. Eraldo resalta a importância de ser destinado também dinheiro
391 às seções para investimento na formação sindical das bases e defende a posição



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

392 anteriormente, de 50% para a nacional e 50% para as seções. Germano diz ser importante
393 balizar sugestões e críticas, e ressaltou a importância de se pagar as contas, sim, mas também
394 é necessário lembrar dos que estão mais perto das seções. Júlio Bicca lembrou que muitos
395 encaminhamentos do congresso não estão sendo cumpridas, e defende também a proposta de
396 50% para a nacional e 50% para as seções. Sugere ainda haver necessidade de cortar gastos.
397 Leonardo lembrou do imposto sindical, em que não filiados contribuem para órgãos de classe
398 e dessa forma o SINPAF é prejudicado. Propôs que fosse exigido desses empregados que a
399 Embrapa não aceite os comprovantes pagos a outros órgãos. Mario Artemio resalta ser
400 importante antes de aprovar a proposta orçamentária, que é necessário discuti-la com maior
401 profundidade. Sobre o imposto sindical, propõe que seja devolvido aos trabalhadores, e, caso
402 haja outro entendimento, que seja destinado 50% para as seções e 50% para a nacional.
403 Marcos Varela diz que muito do que é discutido não sai do papel, e resalta que o imposto
404 sindical dos não filiados até que poderia ficar para a nacional, mas o imposto sindical do
405 filiado deve permanecer na seção. Roberto Scaramello expõe que o congresso deliberou sobre
406 o imposto de 2014, e o do ano 2015 deve ser discutido nessa plenária. Aclama aos presentes
407 que votem em pelo menos 50% permaneça com a nacional e 50% com as Seções Sindicais,
408 lembrando que os não filiados não podem fazer jus à devolução. Diretor Flavio José lembra
409 que a decisão do congresso abrangeu apenas aquele ano, lembrando que é necessário todo ano
410 discutir e deliberar sobre o assunto. Expõe que não pode a assembléia deliberar
411 contrariamente às decisões das plenárias e congressos. Propõe que o imposto dos filiados
412 sejam repartidos na proporção de 50% para as seções sindicais, que deliberarão a destinação e
413 50% para a diretoria nacional, para utilização específica em formação sindical, saúde do
414 trabalhador e campanha salarial. Quanto ao dos não filiados, que seja destinado para cobertura
415 das despesas relativas ao pagamento de compensação de perdas conforme deliberado no 11º
416 Congresso do SINPAF e campanha salarial. Julio Guerra lembra que a proposta é uma
417 previsão, e que apenas a importância relativa aos não filiados não contempla todas as
418 necessidades já expostas pela diretoria nacional, e sustenta que as disposições anteriormente
419 firmadas pela nacional serão cumpridas na medida do possível. Carlos Roberto resalta que o
420 congresso dispôs apenas ao ano 2014. Aponta equívoco na ata do Congresso onde diz que as
421 devoluções seriam aos filiados e aos não filiados. Lembra que a lei destina os recursos às
422 centrais, mas as mesmas devem destinar conforme a lei. Orlando afirma faltar projeto aos
423 trabalhadores e resalta que há anos vem se discutindo o mesmo assunto e sugere que de uma
424 vez por todas seja decidido essa questão, e que valha para os anos subseqüentes, de modo a
425 economizar tempo para aplicá-lo em lutas sindicais, e afirma que o mais importante é o
426 projeto. Jean sustenta o fim do imposto sindical, entretanto, o mesmo existe e então é
427 necessário determinar sobre o destino da verba e defende que a importância relativa ao
428 imposto sindical seja destinada 50% às seções sindicais e 50% para a nacional. Alceu sustenta
429 que é importante a defesa do fim do imposto sindical, lembra que são muitas as desfiliações, e
430 defende que o imposto seja devolvido. Edson Somensi lembra que a central sindical a que
431 somos filiados é omissa, sim. Lembra que sempre foi assim a apresentação dos números
432 contábeis, por diretores mais habilidosos ou menos habilidosos, mas sempre foi assim.
433 Defende proposta de 50% para as seções e 50% para a nacional. Jimmy esclareceu que deve

mfj

26



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

434 ser decidido primeiro se deve ser votado sobre a destinação do imposto e a plenária decidiu
435 que pode ser votado, já que a disposição do congresso é relativa ao ano 2014. Sendo assim,
436 tem-se a **primeira proposta**, de 50% para a nacional e 50% para as seções, independente de
437 ser filiado ou não; a **segunda proposta** é manter a decisão do congresso, onde dispõe que
438 devolva o valor total dos filiados e dos não filiados permaneça para uso da seção sindical, a
439 **terceira proposta** seria de devolver a verba dos filiados e a dos não filiados, 50% para as
440 seções e 50% para a nacional, e a **quarta proposta** consiste a repartição na proporção de 50%
441 para as seções sindicais, que deliberarão a destinação e os 50% para a diretoria nacional, para
442 utilização específica em formação sindical, saúde do trabalhador e campanha salarial, e em
443 relação a parcela dos não filiados, que seja destinado para cobertura das despesas relativas ao
444 pagamento de compensação de perdas conforme deliberado no 11º Congresso do SINPAF e
445 campanha salarial. Colocadas as propostas em votação, foi aprovada por maioria, a quarta
446 proposta. Tendo a primeira proposta recebido tres votos, a segunda seis votos, a terceira
447 nenhum voto. **Política de Atuação da Diretoria Nacional (Formação Sindical) – Carlos**
448 **Bernardi**. Iniciou dizendo que apresentou nas plenárias regionais propostas de realização de
449 cursos de formação sindical, levando o formador nas seções sindicais. Disse que já esta
450 programado os cursos nas seções sindicais de Passo Fundo, Curitiba, Londrina, Concórdia,
451 Passo Fundo, Pelotas e Bagé. Quanto ao Nordeste, está programado para São Luis, incluindo
452 o pessoal do Piauí. Para Aracajú está sendo construída proposta de formação. Carlos lembra
453 da necessidade de se fazer e promover as lutas de classes, e os cursos tratarão sobre esse tema,
454 mas será levado em conta também a promoção de negociação sindical. Na região Norte está
455 se construindo proposta para atender Rondônia e Acre. Sugere aos colegas ainda não
456 contemplados, como os do Sudeste e Centro-Oeste para que apresentem propostas para
457 avançar nesse sentido. Julio Guerra abre espaço agora para destaques dos colegas. Paulo de
458 Recife iniciou os debates colocando o empenho de todos os colegas e em âmbito nacional, a
459 preocupação da formação sindical, dizendo que esse é um momento importante para se
460 discutir o assunto. Orlando destacou a importância de se fazer cursos em conjunto com
461 trabalhadores de outras áreas e empresas, para se fazer uma discussão com firmeza ideológica.
462 Alessandro se prontificou a levar a proposta e se dispôs a colaborar com a promoção dos
463 cursos. Barbosa explanou a importância do método a ser utilizado na aplicação dos cursos,
464 uma vez que vários trabalhadores deste sindicato não estão acostumados à rotina acadêmica,
465 pelo que é de extrema necessidade o método utilizado, bem como o acompanhamento desses
466 trabalhadores. Eraldo Ferreira falou sobre a importância de atenção aos filiados, bem como
467 aos dirigentes sindicais, se dispondo a levar os cursos ao Norte do País, como Pará, Amapá,
468 para que fique claro aos colaboradores o papel do sindicato. José Vicente julga que em razão
469 da conjuntura atual, a pasta de formação sindical seria uma das mais importantes e discorda
470 da proposta da nacional, e afirma que seria a nacional é quem deveria apresentar projetos que
471 contemplem todas as Seções. Paulo José sugere que se promova mais cursos no sentido de
472 informar os novos trabalhadores a respeito do movimento sindical e incentivar novos
473 trabalhadores a participarem do sindicato. Francisco Chagas Neto sustenta que as vezes seria
474 melhor um esclarecimento mais informal do que cursos com os ditos doutores, que em muitas
475 ocasiões nada acrescentam. Carlos Bernardi esclarece que foram eleitas prioridades e que as

Handwritten signature/initials

Handwritten signature/initials

Handwritten mark



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

476 mesmas estão sendo respeitadas. Afirma que a prioridade hoje é levar aos dirigentes sindicais
477 e filiados informações necessárias a compreensão do movimento sindical. Lembrou o
478 explanado na palestra da manhã, em que muitos partidos políticos estão se mobilizando, para
479 a criação de centrais sindicais. Afirma não entrar no mérito de cada questão, em si, agora, mas
480 que está à disposição de discutir as prioridades para a formação sindical no âmbito do
481 SINPAF. **Saúde do Trabalhador** – Roberto Scaramello iniciou sua exposição lembrando
482 seminário realizado em 2012, ação feita na Seção Cenargen e na nacional, sendo que em 2013
483 não se trabalhou muito a questão em razão de outros temas primordiais, como também em
484 2014. Lembra que os seminários são muito importantes para se tratar da saúde do trabalhador.
485 Destacou os gastos efetuados pela pasta desde a sua criação e apontou a importância em
486 continuar os investimentos para 2015, inclusive com a realização de um seminário
487 programado para julho de 2015, em Brasília, onde serão discutidos Avanços, Dificuldades e
488 Desafios da Saúde de questões ligadas a área de saúde do trabalhador. Apontou que o
489 seminário anterior foi realizado em Brasília e que a abstenção dos trabalhadores das unidades
490 da Embrapa localizadas no Distrito Federal foi considerável, o que indica a necessidade de
491 selecionar os participantes que de fato estão envolvidos em cada Unidade da Embrapa com as
492 políticas voltadas a pasta de saúde do trabalhador. Aberta a fase de debates, Alessandro
493 iniciou dizendo que acaba de receber notícia que foi estabelecido um horário de
494 funcionamento do sistema de refrigeração de sua unidade, visando contenção de despesas,
495 medida essa que afeta a saúde dos trabalhadores. Tiliedy lembra da rapidez do governo em
496 retirar direitos dos trabalhadores e a lentidão de se aprovar avanços. Quer saber qual a posição
497 da diretoria nacional sobre o tema. Walterlene questionou sobre o adicional de insalubridade
498 prometido. Expõe que alguns colegas conseguiram judicialmente o adicional e solicita
499 resposta sobre a questão. Antenor Informa que em sua seção não há qualquer discussão com
500 os gerentes, e os mesmos assediam os empregados, que estão em situação precária, e solicita
501 visita da nacional. Geandra apontou as condições insalubres de Teresina e sugeriu, por
502 exemplo, redução de carga horária no lugar de desligar aparelhos para economia. Lembrou
503 que há diversos autores que defendem a redução. Jaziel colocou as diversas condições porque
504 passam os trabalhadores de um modo geral, não tendo banheiros, proteção do sol nas
505 unidades. Ressaltou a importância de redução de jornada, principalmente em locais como
506 Amazônia, Ilha de Marajó, além de outros. Sustentou ainda que melhor a Embrapa gastar com
507 proteção da saúde do trabalhador do que gastar com as conseqüências da doença do
508 colaborador. Roberto Scaramello começou os esclarecimentos afirmando que os custos devem
509 ser negociados para a promoção da saúde do trabalhador, e disse que há proposta de alguns
510 palestrantes, mas serão escolhidos conforme a disposição de recursos. Lembra de estar em
511 dívida com o colega Antenor, mas justifica estar criando agenda para visitar a localidade
512 mencionada pelo Antenor. Quanto à redução de carga horária, examinará junto ao jurídico a
513 possibilidade. Lembra que nos seminários muito se aprova, mas a ação é de competência da
514 seção sindical realizar. Aponta que a questão do calor é um ponto atual e tem sido muito
515 levantado. Justifica ainda estar fazendo um trabalho regular, mas que pode ser melhorado.
516 Quanto à pergunta do Valter, lembra que no ACT isso resta muito claro, mas consultará o
517 jurídico sobre os mecanismos para forçar a Embrapa a cumprir o acordado. Em aparte, Flávio

Handwritten signature/initials

Handwritten signature

Handwritten mark



29 Of. de Reg. de Pessoas Jurídicas
Ficou arquivada cópia microfilmada
sob o nº 000093368 em 05/10/2015.

**Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e
Desenvolvimento Agropecuário**

518 José aponta que o SINPAF ingressou com uma ação judicial com vários pedidos relacionados
519 ao descumprimento de cláusulas do ACT, incluso o pagamento do adicional de insalubridade
520 e periculosidade aos trabalhadores, porém a Justiça indeferiu esse pedido específico, mas o
521 SINPAF recorreu, restando agora aguardar novo pronunciamento judicial e sugere que as
522 ações sejam interpostas no próprio local, e orienta ao dirigente Walterllene que promova a
523 ação judicial em sua seção sindical. Jaziel lembrou da importância de um técnico para
524 acompanhar os trabalhos pertinentes ao tema. Julio comentou sobre a carestia de recursos que
525 vem enfrentando as empresas, sendo inclusive proposto o desligamento de ar condicionado
526 em região de clima quente, e que esta medida afeta a saúde do trabalhador e ressalta a
527 importância de não se desligar ar condicionado em locais de trabalho. Julio Guerra aponta
528 necessidade de readequação da pauta para que os próximos assuntos sejam discutidos no dia
529 seguinte, o que foi aprovado por unanimidade. Os trabalhos da Plenária foram encerrados às
530 19h41min. **3º Dia:** Aos dezessete dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze, às
531 08h30m, foram iniciados os trabalhos da XVII Plenária Nacional do SINPAF, com a presença
532 dos delegados e convidados. Julio Guerra iniciou a sessão conforme pauta, expondo a
533 proposta dos trabalhadores da empresa CPRM que manifestaram interesse em se ao SINPAF.
534 Colocado o assunto em discussão, Jean ressalta a importância de ter esses trabalhadores junto
535 ao SINPAF, entretanto, lembra da estrutura a ser disposta para atender a mais esse sindicato e
536 indaga se não existe empecilho legal para essa filiação. Canuto questiona que não há
537 elementos para essa plenária decidir sobre o tema, e lembra que não haverá mais como
538 retroagir caso a empresa seja aceita no SINPAF. Lucas Ednei questiona se os filiados serão
539 consultados, e se o Sinpaf terá estrutura para manter mais essa empresa como filiada a base do
540 SINPAF. Divonzil propõe a criação de um grupo de trabalho para se fazer um estudo
541 pormenorizado dessa questão, de modo a oferecer mais subsídios antes da tomada de decisão
542 e lembra da força a ser agregada caso essa empresa faça parte do SINPAF. Silvestre expõe
543 que é necessário a coleta de mais informações para a aprovação de inclusão de mais essa
544 empresa no quadro de filiados. Orlando ratifica a impossibilidade de aprovação nesse
545 momento por falta de subsídios. Jimmy lembra a importância de fortalecer o SINPAF. Julio
546 Guerra esclarece que a abrangência da empresa é nacional, e que todos os lugares onde há
547 seções do SINPAF há filiais da CPRM. Esclarece ainda que há mais de 1180 filiados
548 distribuídos no Brasil inteiro, e que o Estatuto não proíbe a filiação, mas que é exigido à
549 aprovação no Congresso. Julio ainda lembra que o PCCS da CPRM é muito parecido com o
550 da Embrapa. Divonzil insiste na proposta para a criação de grupo de trabalho composto com
551 de três dirigentes da direção nacional mais três das seções sindicais, com prazo de 120 a 180
552 dias para conclusão da avaliação. Foi decidido que os membros do grupo de estudo seria
553 Orlando, Alessandro e Jean representando as seções e Flávio José, Divonzil e Francisco
554 Chagas. Aprovado o grupo de trabalho e estabelecido o prazo de 180 dias para conclusão e
555 apresentação do relatório. José Carlos coloca encaminhamento de Mario Artemio, que quanto
556 aos assuntos gerais é importante sintetizar e discutir quais assuntos serão prioritários. Julio
557 Guerra lembra da importância de se discutir sobre Casembrapa, pois a ompanheiros nessa
558 plenária capazes de expor sobre o assunto, e defendeu a manutenção do tema Casembrapa na
559 pauta. A plenária reprovou a proposta de exclusão do tema. Nilson iniciou a exposição sobre a

upha



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e
Desenvolvimento Agropecuário**

560 tema mencionando sobre a aprovação de parcelamento de dívidas dos associados e
561 assistidos. Destacou ainda que esse ano não haverá reajuste do plano de saúde, salvo o
562 reajuste previsto em ACT. Frisou ainda que em casos de emergência mesmo o associado ou
563 assistido mesmo estando suspenso é assegurado o atendimento por ser um plano diferenciado,
564 não sendo plano de comércio. Disse ainda que mesmo tendo sido aprovado o parcelamento e
565 muitos sequer procuraram a Casembrapa para solucionar suas pendências. Roberto
566 Scaramello esclarece que faz parte do Conselho de Administração da Casembrapa, e lembra
567 que a mesma esteve na iminência de intervenção da ANS e que o relatório financeiro
568 encontra-se à disposição dos interessados para consulta. Quanto a questão ligada a acidentes
569 de trabalho, afirma a necessidade de se cobrar da Embrapa que ela se responsabilize pelos
570 custos com a coparticipação dos trabalhadores acidentados. Divonzil falou sobre a
571 videoconferência da Casembrapa e da incipiente quanto a atuação dos comitês locais, e
572 lembra da necessidade de um estudo mais aprofundado sobre o tema, elencando ainda a
573 diferença do plano de Saúde da Embrapa dos demais planos. Mafra destacou a importância de
574 que os boletos de cobrança contenham maiores informações sobre os procedimentos efetuados
575 e sugere a destituição da Diretoria da Casembrapa. Orlando lembra das lutas do grupo de
576 trabalho, mas que o mesmo foi deixado de lado por falta de apoio da Diretoria Nacional.
577 Exemplifica situação de empregado que sofreu acidente de trabalho e está desamparado pelo
578 plano. Em resposta, Nilson coloca a necessidade de maior participação dos trabalhadores,
579 lembrando que a utilização da CASSI em Brasília é limitada por decisão da Casembrapa, e
580 que nenhum trabalhador será penalizado com essa medida uma vez que existem outros
581 convênios. Roberto Scaramello, em complementação à resposta de Nilson, lembra que um
582 reajuste no plano não está descartado, sendo necessária a continuação da discussão do grupo
583 de trabalho sobre o tema. Julio Guerra expôs as metas anteriores do grupo de trabalho, e que o
584 mesmo não avançou, por diversos motivos. Scaramello questionou Orlando sobre o exemplo
585 trazido à plenária, e disse que levará o assunto para discussão no Conselho. Silvestre lembra
586 do questionário tendencioso para aprovação de novo modelo de gestão, o que seria prejudicial
587 aos colegas de trabalho. Apontou as falhas de não envio de boletos todos os meses,
588 acumulando-se dívidas ao empregado. Solicita a reativação do Grupo de Trabalho formado
589 anteriormente. Andréa questiona a composição do Conselho da Casembrapa, pois do modo
590 como está o trabalhador não tem poder. Lucas Ednei lembra que a participação junto ao
591 Conselho é fictícia, em razão da falta de peso no voto do representante dos empregados, e que
592 a presidente da Casembrapa disse que haverá reajuste, sim. Jaziel apontou diversas falhas e
593 lembra a necessidade de se readequar o Plano. Ironei traz a plenária exemplos de casos
594 específicos de falhas na prestação de serviço pela Casembrapa. Lembra a dificuldade de se
595 acessar extratos e solicita cobrança da nacional quanto a isso, pois é dificultoso acompanhar
596 os gastos. Questiona a falta de detalhes sobre os gastos com o plano. Leonardo Ventura,
597 lembra dos reajustes anuais. Julio Bicca questiona da necessidade de atendimento aos
598 excluídos do plano. Disse haver cobranças indevidas. Antonio Barbosa afirma que a posição
599 da Codevasf é muito burocrática e seus representantes são muito conservadores, sendo que
600 deveriam ouvir mais os trabalhadores. Parabeniza o plano de saúde da Embrapa. Em resposta,
601 Nilson ressalta a importância do assunto trazido por Jaziel, e que sua reivindicação será



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

602 levada ao Conselho. Quanto aos extratos, afirma ter cobrado da Diretoria da Casembrapa
603 melhorias no sistema de emissão deste documento. Em resposta à Andréa, Nilson lembra da
604 necessidade de se reformar o estatuto da Casembrapa, uma vez que o presidente da
605 Casembrapa é indicado pela Embrapa. Esclarece que o excluído não deve ser atendido
606 enquanto não regularizar sua situação, e que já solicitou relatórios à auditoria, mas foi negado
607 pela Casembrapa. Julio Guerra passa a palavra a Vander, que traz à plenária moção de
608 encaminhamento sobre acordo coletivo de sua seção. Solicita apoio de todos os
609 companheiros, para se tornarem mais fortes. Repassou aos presentes moção da Câmara de
610 Vereadores enaltecendo o trabalho da seção sindical na defesa da Embrapa e da
611 reivindicações dos trabalhadores. Julio incentivou para as demais seções seguirem o exemplo.
612 Flávio José, iniciou sua fala sobre o Consad, e lembrou da luta do SINPAF para que os
613 companheiros da Codevasf tomassem posse no Conselho, a qual felizmente ocorrerá em
614 breve. Afirmou que em relação a Embrapa os trabalhos de eleição já tiveram início, porém
615 será necessário a contratação de uma empresa que fornecerá o software e que isso demanda
616 processo de licitação pela Embrapa, portanto é necessário aguardar a licitação para dar
617 prosseguimento ao processo. Afirma que a representação dos trabalhadores é limitada, uma
618 vez que o conselheiro eleito pelos trabalhadores, pela lei, não poderá participar das reuniões
619 para tratar de acordo coletivo, aumentos salariais, planos de previdência complementar, e que
620 essa situação pode mudar com a aprovação de um projeto de lei que tramita no Congresso
621 Nacional sobre a retirada dessa vedação estabelecida em lei. Arimatéia lamenta a composição
622 do Conselho, que no fundo não dá efetividade na representação dos trabalhadores. Antenor
623 lembra da luta para a eleição do Consad na Codevasf, e reforça a importância da luta para
624 efetivar e legitimar o Consad em todas as empresas. Jimmy lembra da importância da luta, e
625 afirma ser um embrião, mas deve-se ainda, permanecer com a luta para se conquistar o maior
626 espaço possível. Flávio José expõe que são feitas reivindicações à Embrapa, que sempre nega,
627 mas se deve insistir, com incursões cada vez mais consistentes de modo a avançar. Jaziel
628 afirma que o sistema de avaliação existente é cruel, e serve mais para punir o trabalhador.
629 Sustenta que existe muito chefe e coloca a necessidade de se mudar o modo de avaliação de
630 desempenho. Andrea lembra que todo sistema de avaliação é perverso, pois quem decide
631 finalmente é o chefe. Ressalta a importância do empregado se impor e se fazer respeitar.
632 Orlando afirma que em sua unidade de trabalho houve lutas no sentido de se avaliar
633 corretamente, exemplificou situação da Seção mas que o sistema é completamente viciado.
634 Silvestre, solicitou informações sobre o Integro. Alceu Vicari diz sempre ter cobrado o comitê
635 de avaliação, em razão de parcialidade de chefes, lembra a necessidade de distribuir as
636 promoções e propõe que a linha de corte não exista e que o sistema de promoção contemple
637 no mínimo uma referencia a todos os trabalhadores, mesmo entre os inelegíveis. Mafra lembra
638 do sistema de avaliação como ferramenta de punição pelos chefes. Informa que em sua
639 unidade existe um sistema de rodízio no comitê de avaliação. Ironei ratifica a posição dos
640 demais colegas e exemplifica maneira de avaliação de sua seção. Carlos Germano da
641 CODEVASF lembra a importância de se buscar readequações nas normas da empresa de
642 forma a se buscar uma maneira mais justa de avaliação de desempenho. Enio Fraga ressalta o
643 problema relativo as perdas na progressão salarial frente a esse sistema de avaliação. Em

mafra

[Handwritten signature]



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

644 resposta, Flávio José, sugere propositura de ação judicial em caso de abusos. Sobre corte de
645 referências, lembra que nunca pode ocasionar diminuição de salários. Proposta de Alceu que
646 consiste na exclusão da linha de corte e que o sistema de promoção contemple no mínimo
647 uma referencia a todos os trabalhadores incluso os inelegíveis. A proposta foi aprovada por
648 contraste. Julio Guerra iniciou sua exposição sobre o PCE afirmando estar sempre na defesa
649 da manutenção das atividades e cargos. Informou que o SINPAF não permitirá que a Embrapa
650 implemente um PCE sem a discussão com a categoria. Alceu lembra que a categoria não
651 pode abrir mão de participar das discussões de modo que sejam preservadas, no mínimo, a
652 estrutura atual. Orlando ratifica a proposta de Alceu. Roque lembrou da importância de se
653 lutar para melhorias do PCE. José Tadeu, colocou a importância de se preservar o PCE de
654 modo a enaltecer a qualidade técnica dos trabalhadores. Tiliedy exemplifica situação ocorrida
655 em sua unidade na qual trabalhadores obtiveram êxito em ação judicial em razão de
656 realocação de cargos, e outros não. E mesmo os que tiveram sucesso recebem cobrança da
657 Embrapa, e há débitos que chegam a quarenta mil reais. Antenor cobrou uma posição mais
658 firme da nacional, para que equacione os problemas que envolvem o PCS da Codevasf. Julio
659 esclarece que o SINPAF provocou até mesmo o Congresso Nacional, cobrando a realização
660 de concursos para suprir falta de trabalhadores na Embrapa e Codevasf. Entende que o
661 trabalhador não pode ter prejuízo em razão de realocação de cargos e explicitou a luta do
662 SINPAF. Cita exemplo de Colombo, e intercederá ao jurídico da empresa para que se cumpra
663 a decisão judicial. Sobre a CERES, a convidada Monica, iniciou sua fala contextualizando os
664 benefícios concedidos pelo INSS, citando o teto salarial da Previdência, explicando a
665 diferença entre o benefício de risco e o benefício programado. Apresentou o patrimônio atual
666 do Plano. Discorreu sobre os comitês referentes a CERES, e orientou que os trabalhadores
667 procurem seus representantes junto aos comitês locais, para cobrarem deles sua atuação.
668 Carlos Bernardi propõe o fomento da capacitação de empregados para Conselheiro da Ceres,
669 e pede apoio da nacional, para que de suporte nessa capacitação, e que os mesmos possam
670 exercer o papel que lhe é devido, e solicita que seja divulgado no site do SINPAF. Claudio
671 Kaminski propõe que os associados tenham um membro permanente no Conselho da CERES.
672 Julio Bicca questiona se a CERES devolve ou não as verbas despendidas no Plano quando do
673 desligamento do trabalhador. Néio Lúcio pede que a CERES apresente relatório. Alceu
674 questiona sobre a redução de tempo de contribuição. Carlos Germano cita que na
675 CODEVASF chegou informativos que teriam retirado a opção de dois planos de previdência.
676 Felipe questiona o cálculo para aposentadoria da CERES e solicita numero para contato com a
677 CERES. Em resposta, Monica sustenta haver exigência de requisitos para participação no
678 conselho. Sustenta a importância de participação nos Comitês, e enquanto não pode haver
679 representantes do SINPAF no conselho, que aproveitem a oportunidade nos comitês. Explicou
680 as diversas modalidades de plano, sabendo que em cada modalidade há um modo de cálculo.
681 Esclareceu sobre o cálculo benefício e teto, lembrando que a CERES possui um teto
682 preestabelecido pela Embrapa. Explica que no cálculo para o benefício é considerada a média
683 de todas as contribuições. Informou que há meios de reclamar diretamente em serviço de
684 atendimento aos usuários. Julio Guerra passou a palavra à diretora Guiomar para expor o
685 assunto tratado em reunião da Fundação São Francisco para esclarecimento sobre o

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



20 Of. de Res. de Pessoas Jurídicas
Ficou arquivada cópia microfilmada
sob o nº 000093568 em 08/10/2015.

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

686 saldamento dessa entidade, e explicar notícias de que o fundo estaria falindo. Guiomar
687 informa que tudo indica ter havido parecer jurídico favorável ao saldamento com a paridade
688 entre associados e patrocinadora. Julio Guerra passou a discorrer sobre o plano de cargos da
689 CODEVASF e informa que já solicitou readequações do plano de maneira a não prejudicar os
690 interesses dos trabalhadores junto à empresa. Acrescenta que ainda não há evolução, mas em
691 2015 haverá avanço para construção do plano. Informa sobre as estaduais que está próximo de
692 ser solucionada a situação junto à PESAGO. Na EMEPA houve fusão de três empresas
693 Estaduais, sendo a Emepa, Instituto de Terras e a EMATER. Disse que o SINPAF manterá
694 contato com o governo do Estado com o objetivo de buscar mais informações sobre tal
695 situação. Com relação à Embrapatec, informou sobre projeto de lei 222, em que está na pauta
696 do Ministério da Agricultura, e alertou sobre o perigo da privatização da EMBRAPA, mas o
697 SINPAF está atento quanto a isso, pois o PL222 é danoso aos empregados. Claudio
698 KAMINSKI alertou sobre o perigo da Embrapatec, pois já estão tirando benefícios de
699 empregados, e sustenta que até mesmo a Embrapa precisa de reformulações. Julio Bicca
700 aponta que deve ser rejeitada veementemente a proposta da Embrapatec, pois se trata de pura
701 privatização, com malefícios aos trabalhadores. Walterlene alerta para o perigo de ficar inerte
702 à privatização. Edson Somensi alerta para a urgência de promoção do debate desse assunto.
703 Julio Guerra justifica ter desenvolvido ações sobre o tema e afirma que os argumentos
704 utilizados no PL 222 são os mesmos utilizados para a criação da Embrapa, quarenta anos atrás
705 e ratifica a posição dos trabalhadores no sentido de ser rechaçado o projeto. Afirma que tem
706 feito discussões no sentido de repensar o SINPAF. Sugere a elaboração de um seminário para
707 discussão da gestão da Embrapa. **Aposentadoria e Insalubridade – Luiz Henrique**
708 **Zimmermann. Engrº Civil e de Segurança do Trabalho.** Após a apresentação de seu
709 currículo, o palestrante explanou de modo geral sobre o trabalho desenvolvido pelas empresas
710 quando da elaboração dos laudos que objetivam a retirada do adicional de periculosidade e
711 insalubridade dos trabalhadores. Quanto à aposentadoria especial. Esclarece serem diferentes
712 as legislações, sendo uma para efeito previdenciário outra para efeito trabalhista. Posto o
713 assunto em plenária, decidiu-se que as dúvidas seriam retiradas particularmente com o
714 palestrante. **Encaminhamento das Plenárias.** O delegado Canuto iniciou os debates expondo
715 assuntos tratados na Plenária Regional Sudeste, lendo deliberações extraídas daquela plenária.
716 Paulo José cobrou da diretoria nacional explicações sobre o que havia sido decidido e não foi
717 cumprido em plenárias anteriores. Solicitou a inclusão de discussão de Acordos Coletivos nas
718 Plenárias regionais. Marco Antonio cobrou da nacional a implementação das deliberações
719 encaminhadas em plenárias anteriores e do Congresso. Mario Artemio disse que veio a essa
720 plenária no intuito de receber um balanço do que foi executado pela Nacional. Eraldo cobrou
721 da diretoria nacional relatório das deliberações anteriores. Jaziel falou da sua expectativa de
722 ouvir da diretoria nacional explicações sobre a razão da não implementação das deliberações
723 das instancias anteriores. Barbosa exaltou o trabalho feito pela diretoria nacional até o
724 momento, onde ressaltou principalmente a honestidade e questionou sobre implantação do
725 banco de horas. Julio Guerra respondeu os questionamentos formulados e detalhou as
726 deliberações do Congresso que foram cumpridas e não cumpridas, sendo que a liberação do
727 diretor Felipe com ônus para o SINPAF. Expõe que o próprio diretor ingressou com ação

mf

6



29 Of. de Reg. de Pessoas Jurídicas
Ficou arquivada cópia microfilmada
sob o nº 000093368 em 08/10/2015.

Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

728 judicial e então será aguardada a decisão judicial. Quanto as cláusulas do ACT, disse que já
729 foi resolvido pelo Ministério Público do Trabalho que julgou improcedente o pedido
730 formulado por filiados contra a direção nacional e que a cláusula referente a taxa extra
731 (Contribuição assistencial) constará do próximo ACT. Em relação a correção do balanço
732 contábil disse que não compete ao SINPAF pagar pela elaboração de novo balanço e sim a
733 quem contesta as informações da contabilidade, o que foi reforçado pelo diretor jurídico
734 Flávio José. Com relação à devolução do imposto sindical disse que os valores já foram
735 repassados as seções sindicais em dezembro do ano passado. Com referência a liberação do
736 diretor de saúde e meio ambiente informou que a questão já foi superada pelo Congresso que
737 decidiu pelo pagamento. Quanto ao apoio jurídico aos colegas que respondem ação em
738 Manaus disse que a diretoria nacional pagará os honorários advocatícios dos advogados que
739 acompanham o processo. Quanto ao rompimento do contrato da atual assessoria jurídica disse
740 que a deliberação do congresso não será implementado por não haver irregularidade no
741 contrato e tampouco nepotismo e que a contratação tem fundamento no Estatuto e foi feito um
742 levantamento de preços e a assessoria contratada apresentou a melhor proposta. Que o Grupo
743 de Assessoramento ao SINPAF tem respaldo no Estatuto e que não será revogada a decisão da
744 diretoria nacional que criou o GAS. Com relação a criminalização levantada pelos delegados,
745 afirmou que a atual diretoria tem procurado cumprir o Estatuto e as decisões das instâncias e
746 que eventuais ações no âmbito jurídico e administrativos são no intuito de preservar a
747 instituição SINPAF e seguir o disposto no Estatuto, e que os documentos que foram levados à
748 polícia, para apuração das irregularidades apontadas no relatório da Auditoria Fiscal Nacional
749 por ocasião do congresso caberá as autoridades competentes O presidente Julio Guerra disse
750 que a ação de reparação por danos morais movida contra um filiado não tem relação com o
751 SINPAF e sim com a sua pessoa em razão de inverdades postadas em redes sociais e que
752 veio macular sua honra e dignidade. Sobre o parcelamento do plano de saúde disse que a
753 atuação firme e propositiva dos conselheiros do SINPAF Nilson e Scaramello foram decisivas
754 para a implementação de nova oportunidade aos associados e assistidos que estão com
755 pendências junto a Casembrapa. Quanto a reformulação do estatuto e regulamento da
756 Casembrapa, isso é uma discussão permanente e que será bandeira do SINPAF. Afirma que o
757 SINPAF não permitirá a exclusão do plano de saúde da discussão do Acordo Coletivo. Flávio
758 José justifica que a auditoria na Casembrapa não foi realizada porque o grupo de trabalho
759 ainda não avançou nesse sentido, faltando solicitar orçamento de empresas que realizam
760 auditoria. Disse que o SINPAF solicitou a Embrapa e Casembrapa os relatórios de auditorias
761 internas e externa, porém os pedidos foram indeferidos. Flávio José informou que a ação
762 judicial interposta pelo SINPAF contra a Embrapa em razão do descumprimento de cláusulas
763 do Acordo Coletivo, em parte os pedidos foram julgados procedentes e outros improcedentes,
764 e que as informações sobre os processos judiciais estão no site do Sinpaf. Com a palavra
765 Marco Antonio, esse solicitou os dois pareceres do Ministério Público do Trabalho sobre a
766 assessoria jurídica, e ACT. Jaziel questiona o apontamento feito ao empregado Antonio, de
767 Manaus, que responde ação do Ministério Público referente ao episódio do DAS Manaus,
768 afirma que teve de ser contratado advogado particular para sua defesa, e, afirma ser a seção de
769 Manaus a responsável pelo caso. Sobre o Congresso, reafirma que esse é soberano, e,

mf



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

770 portanto, a diretoria deve acatar as decisões ali tomadas. Orlando questiona o cumprimento
771 das decisões e reafirma que a diretoria não cumpriu disposição estatutária, pois não executou
772 todas as deliberações dispostas no Congresso. Edson Somensi lamenta que ora a plenária ora
773 o Congresso é invocado o Estatuto conforme conveniência, e sustenta que a diretoria deve,
774 sim, cumprir o estatuto e as deliberações de suas instancias, mas que deve permanecer o
775 respeito, pois a diretoria se pauta sempre pela execução da defesa dos interesses dos
776 trabalhadores sempre com base no Estatuto. Julio Guerra explica que o SINPAF tem prestado
777 assistência aos empregados no processo de Manaus, pois foi contratado escritório de Manaus
778 desde 2013, e que esse escritório jurídico prestou a defesa de um envolvido no processo, e que
779 os demais envolvidos terão o apoio da diretoria nacional. Quanto ao pagamento da mudança
780 da Secretária Geral do Sinpaf, Julio Guerra disse que este assunto já está sendo tratado com o
781 prestador de serviços que executou a mudança. Flavio José disse o SINPAF deve editar
782 resolução regulamentando sobre a forma de pagamento de transporte de mudança de diretores
783 externando seu desconforto quanto ao pagamento de mudança de diretor que é inquilino de
784 imóvel mobiliado. Ressalta que o Congresso ou qualquer instância do SINPAF não está
785 acima do estatuto, e que a diretoria nacional está respaldada juridicamente quanto ao
786 cumprimento de suas obrigações estatutárias, inclusive em relação as deliberações discutidas
787 no 11º Congresso. **Relatório da Auditoria Fiscal Nacional.** Antonio Carlos iniciou sua
788 exposição informando não ter havido tempo hábil para elaboração do relatório e
789 encaminhamento as Seções Sindicais antes da apresentação em plenário. Feito a leitura do
790 documento e do parecer da Auditoria pela aprovação das contas da diretoria nacional, passou-
791 se a fase dos debates, tendo o delegado Lucas reclamado que não foi informado de pendências
792 de sua Seção Sindical, por exemplo, a afixação de carimbo com informações do dirigente
793 sindical em sua assinatura, e pediu que a Auditoria Fiscal Nacional e Diretoria Nacional
794 enviem o relatório com antecedência para que as seções sindicais procedam as correções antes
795 da apresentação e aprovação do relatório em plenário. Canuto reclamou da brevidade de
796 tempo para examinar o relatório entregue nesse momento, colocando ser impossível aprovar
797 um relatório com apenas alguns minutos para leitura. Felipe questiona ter apresentado extrato
798 bancário onde consta débito automático comprovando o pagamento, expondo ser
799 desnecessária a apresentação do comprovante de pagamento. Questiona ponderações da
800 auditoria sobre excesso de gastos com passagem, e ainda outras pendências e protesta por
801 serem todas irrelevantes, por exemplo, falta de assinatura de alguns diretores em uma ata da
802 Seção Sindical. Marcos Varela da Costa sustenta ser excessiva uma conta de internet de mais
803 de seis mil reais, além de outras rubricas, que são repetidas, e que deveria constar em apenas
804 uma rubrica. Questiona também conta de celular, que acumula mais de quatro mil reais.
805 Marco Antonio também questiona o tempo disponibilizado para análise de relatório da
806 auditoria fiscal da nacional, defendendo que seja repassado as Seções Sindicais com certa
807 antecedência para regularização das pendências. Expõe e externa seu desconforto quanto a
808 serie de erros apontados nos balancetes da direção nacional, e indaga se esses documentos
809 foram corrigidos. Suscita disposição estatutária que impede o pagamento de juros de mora
810 pela diretoria do Sinpaf nacional, e que tais ônus serem suportados por quem lhes deu causa e
811 nunca a instituição ou filiados. Mario Artemio afirma ser constrangedor o fato da brevidade



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

812 para o exame do relatório da nacional e sustenta não ser possível a análise do mesmo pela
813 plenária nacional. Carlos Bernardi afirma que as contas da diretoria nacional estão corretas,
814 estando na página do SINPAF dados de anos anteriores, onde os gastos eram bem maiores,
815 sendo que a atual gestão reduziu drasticamente suas despesas. Pede ao plenário que reflita
816 sobre o trabalho desenvolvido pela atual diretoria pelo zelo e probidade que esta diretoria tem
817 demonstrado com a administração dos recursos do SINPAF. Jean sustenta sobre métodos
818 errôneos adotados, não sendo a diretoria obrigada a seguir o mesmo modelo, e que a Auditoria
819 Fiscal promova a criação de um mecanismo que permita a apresentação de um relatório com
820 menos citações. Opina, ainda, que mesmo sendo legal, se torna imoral o contrato da atual
821 assessoria jurídica. Lucas afirma que foi exposto nomes de colegas que teriam lesado as
822 finanças do sindicato no jornal da entidade, o que estaria ferindo a imagem dos mesmos.
823 Defendeu que o plenário aprove encaminhamento para que a memória fiscal de 2013 seja
824 revisado e assim ser excluído o nome dos companheiros citados. O encaminhamento foi
825 aprovado. Antonio Carlos afirma que todos os documentos e todas as diretrizes adotadas pela
826 AFN tem respaldo estatutário. Quanto a débitos deixados por presidentes anteriores, afirma
827 não haver outro mecanismo senão o de cobra-los quanto a regularização de prestação de
828 contas. Quanto à necessidade de registro da assinatura de todos os diretores nas Atas, afirma
829 que isso tem respaldo no estatuto do SINPAF. Sugere que sejam estudadas melhorias no
830 modo de apresentação da prestação de contas. Justifica que à apresentação do relatório
831 decorreu de correções que deveriam ser procedidas, e ressalta que no relatório não há
832 qualquer tipo de punição às seções Sindicais com pendências, salvo decorrido o prazo
833 concedido pela Plenária Nacional para regularização. Informa ser impossível a análise mês a
834 mês das contas das seções sindicais, mesmo porque a AFN dispõe de apenas cinco dias para
835 elaboração deste instrumento. Direito de resposta a Felipe concedido, o mesmo requer
836 reciprocidade com relação à diretoria nacional e as Seções Sindicais, e defende que, se as
837 seções são responsáveis pelas diretorias anteriores, deve a diretoria nacional também ser
838 responsável pelas gestões anteriores. O encaminhamento foi aprovado, com a ressalva de que
839 as inconformidades não ocorreram na gestão da atual diretoria nacional. Marco Antonio
840 esclarece sua isenção e imparcialidade, e reitera seu questionamento sobre os juros de mora
841 pagos pela Nacional que devem ser suportados por quem deu causa aos atrasos nos
842 pagamentos, pois o Estatuto veda que o SINPAF assumira esse ônus. Walterllene suscita
843 irregularidades de dirigente anterior de sua seção, mas com aprovação da AFN. Antonio
844 Carlos justifica que a AFN analisa apenas os documentos apresentados pelas Seções Sindicais
845 e Diretoria Nacional, e se há falhas, não são nas documentações apresentadas. Destacou que
846 se há dificuldade na elaboração de prestação pela seção sindical, deve ser solicitado auxílio a
847 direção nacional. Justifica que são seis os auditores, e, às vezes pode ocorrer falhas, devido à
848 auditoria ser realizada por amostragem em razão do tempo disponibilizado para elaboração do
849 relatório. Quanto aos juros de mora, os mesmos devem ser pagos pelo responsável. Julio
850 Guerra esclarece os gastos com internet, sustentando que, são cinco modems de internet, e que
851 os gastos mensais chegam a pouco mais de quatrocentos reais/mês. Quanto aos telefones
852 celulares, os mesmos são usados pelos dirigentes sindicais da diretoria nacional, e que estes
853 gastos estão todos na planilha apresentada, bem como no balancete contábil. Afirma ainda



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

854 estar sendo zeloso quanto aos gastos do SINPAF. Marcos Varela esclarece que fez os
855 questionamentos porque deve ser esse o seu papel, mas enaltece a AFN e se dá por satisfeito
856 quanto à resposta aos seus questionamentos. Marco Antonio pede encaminhamento no sentido
857 de colocar ressalva para que a diretoria nacional retifique seu balancete, e apresente os
858 documentos relativos aos juros de mora, com o devido ressarcimento aos cofres do SINPAF.
859 Antenor pede encaminhamento no sentido de ser resolvido o problema da seção de
860 Walterllene, uma vez que os problemas são de gestões anteriores. Esgotado os debates sobre o
861 relatório da Auditoria Fiscal foi então colocado em votação, incluso o parecer, sendo
862 aprovado pelo plenário contabilizando-se dezenove votos a favor e dezessete contrário. Lucas
863 relembra encaminhamento de retratação dos dirigentes citados em publicação Spalhafatos da
864 Nacional, e pede que se faça a retratação tanto no site quanto no Spalhaphatos. Posto em
865 votação, foram contados 32 votos a favor, sendo aprovado o encaminhamento. Quanto ao
866 encaminhamento do Felipe, pede que seja retirado da seção Amapá, bem como de todas as
867 seções a exigência de exibir comprovante, além do extrato, devendo ser necessário apenas o
868 extrato. Principalmente quanto à seção Amapá, que o documento foi emitido há mais de cinco
869 anos. Ficou aprovado pela plenária que a seção de Amapá terá o prazo de sessenta dias para
870 providenciar a certidão de quitação junto à empresa telefônica, mais consulta ao SERASA,
871 sendo os documentos encaminhados à AFN. **Estratégias de Negociação do Acordo Coletivo**
872 **2015/2016.** Julio Guerra discorreu sobre as propostas da Pauta de Reivindicação da categoria
873 destacando que a mesma foi fruto de amplo debate entre a diretoria nacional e os
874 representantes das Seções Sindicais em reuniões realizadas em Brasília, e esclareceu as
875 estratégias para a negociação salarial, incluindo a possibilidade de paralisações caso a empresa
876 e governo não atenda as reivindicações da categoria. Informou que as empresas Embrapa e
877 Codevasf ainda não responderam a pauta de reivindicações protocoladas no final de fevereiro,
878 e que a diretoria nacional está sendo trabalhado junto aos parlamentares apoio para o
879 atendimento ao pleito da categoria, e ainda, que o material para a campanha está pronto, e será
880 dado todo o suporte para as atividades a serem desenvolvidas nas Seções Sindicais. Canuto
881 iniciou os debates falando sobre a necessidade de se levar o máximo de trabalhadores à
882 mobilização para negociação do Acordo Coletivo. Ivegndonei Sampaio afirma que o anseio
883 da base é, a partir desse momento, lutar pelos interesses dos trabalhadores, lembrando que
884 esse ano as negociações serão difíceis. José Tadeu Marinho reclama de dificuldade em
885 conseguir a arte para confecção dos materiais e auxílio com materiais para as ações sindicais
886 na base. Marco Antonio sugere a união dos dirigentes do Distrito Federal na mobilização,
887 caso seja necessário. José de Arimatéia manifesta descontentamento quanto a negociação do
888 ACT anterior, e pede empenho, agora, para a negociação do acordo coletivo. Manifesta
889 também repúdio ao contrato com o escritório de advocacia contratado pela diretoria nacional.
890 Carlos Germano ressalta ser salutar os dirigentes irem para as bases com propósito em
891 comum, de modo que se avance com as negociações do ACT. Julio Guerra responde os
892 questionamentos formulados, ressaltando sua experiência sindical desde a fundação do
893 SINPAF, e afirma que são várias as cláusulas do ACT importantes para a categoria, sendo que
894 o SINPAF lutará para aprovação de toda a pauta das empresas da base do SINPAF, mas que
895 certamente nem todas elas serão aprovadas. Apontou o dever dos dirigentes de se comunicar



Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

896 com as bases. Reafirma que o SINPAF não negocia sozinho com as empresas, e que todas as
897 vezes que o SINPAF é convocado para reunião de negociação, a diretoria se preocupa em
898 levar representantes do máximo de unidades possível. Quanto ao escritório Baião Advogados,
899 afirma que essa questão já foi objeto de debate no Congresso e Plenárias e que não há
900 qualquer indício de irregularidade no contrato. Mario Artemio ressalta que as negociações são
901 feitas na mesa, mas as atividades devem ser executadas junto às seções sindicais, com apoio
902 maciço das bases, e lembra da importância de priorizar cláusulas. José Afonso afirma o dever
903 de todos os dirigentes caminharem juntos para mais poder avançar, e ressalta a dificuldade da
904 negociação desse ano. Orlando afirma que as negociações devem ter objetivos prioritários, e
905 que a luta vai ser maior esse ano em razão da conjuntura atual. Jaziel teceu críticas ao material
906 de campanha salarial, e, após, sustenta que a Comissão de Negociação não pode ser limitada
907 a três representantes, nem se limitar aos dirigentes sindicais de Brasília. Alceu ressaltou que
908 crise todo ano tem, e lembra que a mobilização que deve ser intensa de modo a mostrar força
909 para que o processo de negociação se desenvolva a contento. Ressalta a importância de tratar
910 a negociação com “mãos de ferro” no sentido de não suprimir qualquer cláusula já alcançada
911 em Acordos anteriores. Andréa Matos sustenta que deve haver planejamento na negociação, e
912 que o SINPAF deve viabilizar a verba necessária para o deslocamento dos dirigentes, para que
913 os mesmos participem da negociação, lembrando que a Casembrapa não pode ser retirada do
914 acordo coletivo. Enio Fraga lembra o dever do SINPAF em não permitir que a Embrapa
915 ventile eventual reajuste do plano de saúde. Ricardo, sugere que o Sinpaf priorize alguns
916 benefícios no lugar do ganho real constante na pauta de negociações. Aponta que a diretoria
917 nacional deve sugerir formas de mobilização para o Acordo, e que a categoria já deveria estar
918 mobilizada. Claudio Kaminski defende a tese de que deve-se pedir além do anseio, de modo
919 que, após a negociação, haja margem para a redução do valor das propostas. Jean defende que
920 a principal estratégia de negociação não pode ser levada à mesa, pois a representação somente
921 é demonstrada através de mobilização da categoria. Julio Guerra lembra que o começo do
922 ACT são as negociações, mas ressalta a importância das mobilizações. Lembrou das diversas
923 mobilizações feitas anteriormente e que foram importantes para o sucesso dos Acordos
924 Coletivos. Advertiu os presentes sobre a inexistência de forças contrárias no seio da categoria,
925 o que prejudica a mobilização e fragiliza as negociações dos Acordos, e pediu que todos
926 devam caminhar juntos para o alcance dos objetivos. Sobre a arte escolhida para o material
927 da campanha salarial, porém, foi a arte elaborada para essa campanha, e deve ser acolhida,
928 para que haja mobilização geral. Julio Guerra propõe o encaminhamento de mobilização
929 assim que as negociações se derem início. Mario Artemio propõe paralisação para dia 30 de
930 abril. Julio Guerra propõe que seja para depois do dia 10 de maio. José Carlos expõe a
931 dificuldade de mobilização de sua base, o que exigirá dos dirigentes sindicais criatividade e
932 poder de convencimento para que todos participem dos atos programados pelo SINPAF.
933 Andréa Matos propõe que a diretoria nacional, junto com outros dirigentes, defina as
934 prioridades da pauta de negociação antes mesmo das mobilizações, e que seja enviado para as
935 seções uma pauta de negociação. José Carlos lembra que não se pode retirar cláusulas da
936 pauta de reivindicação, pois quem faz isso deve ser a empresa. Guiomar lembrou que a
937 proposta orçamentária é uma exigência estatutária, e que o Imposto Sindical integra o

mf

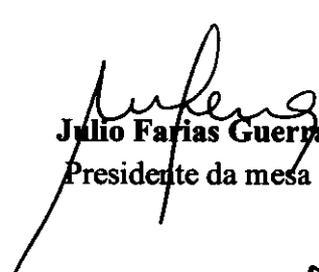
26



20 Of. de Reg. de Pessoas Jurídicas
Ficou arquivada cópia microfilmada
sob o nº 000093568 em 09/10/2015.

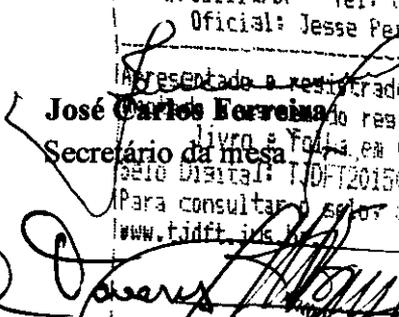
Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário

938 documento. **Plano Nacional de Lutas.** Julio Guerra lembra o plano de lutas está pautado
939 pelas metas já estabelecidas, e que as ações estão sendo cumpridas. Sobre o PL 4330
940 informou que as mobilizações no Congresso Nacional para reprovação do projeto estão sendo
941 realizadas pelo movimento sindical, mas isso não foi suficiente para barrar a votação do texto
942 base na Câmara dos Deputados, e que o projeto será votado no Senado Federal, onde a
943 expectativa é que vindo ser aprovado, restará a pressão dos sindicatos, centrais sindicais e
944 sociedade pressionar a presidente da república para vetá-lo. Afirmo que é importante que os
945 dirigentes sindicais atuem no sentido de manter a categoria informada sobre o que PL 4330 e
946 suas consequências nas relações trabalhistas, e solicitou que as Seções Sindicais informem a
947 diretoria nacional sobre o quantitativo de terceirizados em cada empresa que constitui a base
948 do SINPAF. Alessandro, da Codevasf afirma que as terceirizações já ocorrem de uma maneira
949 geral e conclama a categoria para se unir quanto a privatizações e principalmente quanto ao
950 PL 4330. Alceu propõe que a plenária faça o encaminhamento de rejeição ao PL 4330. Paulo
951 José sugere à aprovação de um manifesto de repúdio ao PL 4330. **Informe do Núcleo de**
952 **Mulheres da CUT.** Tiliedy expõe a falta de debate quanto à participação das mulheres na
953 vida sindical bem como no SINPAF, citando como exemplo a própria Plenária Nacional.
954 Relata participação em evento da CUT, e sustenta a importância do SINPAF fomentar a
955 participação das mulheres nos movimentos sindicais. Expôs os encaminhamentos extraídos da
956 reunião ocorrida no dia anterior dessa Plenária, e por fim, informou sobre a organização de
957 seminário para junho próximo, com enfoque ao Assédio moral em face das mulheres.
958 Encerrando o assunto, o plenário aprovou por unanimidade a criação do Núcleo de Mulheres
959 do SINPAF. **Proposta Orçamentária.** Após exposições da diretora Guiomar sobre a proposta
960 orçamentária, a mesma foi aprovada pelo plenário. **Moções e Encaminhamentos.** O
961 secretário José Carlos passou a ler as moções e encaminhamentos conforme documento em
962 anexo, que foram todos aprovados pelo plenário. O plenário decidiu que a plenária nacional
963 de 2016 será realizada na cidade de Pirenópolis, estado de Goiás. **Encerramento.** Feitos os
964 agradecimentos, ponderações e agradecimentos da mesa, Julio Guerra agradeceu a presença
965 de todos e conclamou que a categoria deve permanecer unida para o enfrentamento dos
966 desafios presentes e futuros contra os ataques diretos aos direitos dos trabalhadores, e
967 encerrou a plenária nacional, às vinte e uma horas e cinquenta e um minutos, lavrando-se a
968 presente Ata que será assinada pelos componentes da mesa.

969
970
971
972 
973 **Julio Farias Guerra**
974 Presidente da mesa

975
976
977 
978 **Jimmy Carter**
Relator

20 OFICIO DE REG. DE PESSOAS JURIDICAS
CRS 504 EL A Lojas 07/08 - Asa Sul
Brasília/DF - Tel: 61 3214-5900
Oficial: Jesse Pereira Alves
Apresentado e registrado sob nº0000093568
no registro nº000001691
Livro nº 1011, em 08/10/2015.
Código Digital: TDF20150220438361YUMA
Para consultar, acesse
www.tidft.jus.br


José Carlos
Secretário da mesa

Escritório de Registro de Pessoas Jurídicas
Escritório de Registro de Pessoas Jurídicas